



# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

## TERMO DE REFERÊNCIA

### SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – SAAE

#### FORNECIMENTO CONTÍNUO DE BENS

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. Registro de preço para eventual aquisição parcelada de produtos químicos para tratamento de água para consumo humano.

Itens	Descrição	Un.	Quant.	Pedido Mínimo	Pedido Máximo	Valor unitário	Valor Total
01	Cloreto de Polialumínio (PAC) 09 a 11%	kg	200.000	1.250	7.500	R\$ 3,81	R\$ 762.000,00
02	Ácido Fluossilícico em Bombonas	kg	108.000	3.000	3.900	R\$ 3,80	R\$ 410.400,00
TOTAL							R\$ 1.172.400,00

1.2. Será utilizado o **Sistema de Registro de Preços**, conforme justificativa apresentada adiante, sendo que as estimativas de consumo para os itens acima, são assim distribuídas:

Itens	Descrição	Un	Quant.	Valor unitário	Valor Total
01	<b>Cloreto de Polialumínio (PAC) 09 a 11%</b> O produto químico deverá apresentar pureza otimizada para ser utilizado no tratamento de água para consumo humano. Desta forma, as matérias-primas empregadas no processo de fabricação, bem como o produto resultante deverão ser adequadas ao tratamento de água para consumo humano e, por este motivo, sem possibilidade de ser produto reciclado, residual de outros processos industriais e/ou que venha conferir características inadequadas à água potável em valores que excedam aos limites estabelecidos na legislação que regulamenta o padrão de potabilidade de água para consumo humano (Portaria GM/MS nº. 888, de 04 de maio de 2021, do Ministério da Saúde ou outra que a complemente e/ou	kg	200.000	R\$ 3,81	R\$ 762.000,00





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

	<p>substitua). Adicionalmente, não deve conter quaisquer substâncias em teores inibidores ou tóxicos aos seres vivos em geral e que venham a ser conferidos à água tratada quando o produto químico for aplicado nas dosagens preconizadas. Todos os lotes do produto devem ser entregues no mínimo com 90% do prazo a vencer. Lotes com validade abaixo do prazo descrito poderão ser recebidos a critério da SAAE.</p> <p>Especificações Básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teor de alumina (<math>Al_2O_3</math>): 9 a 11% em massa</li><li>• Basicidade 57% a 67% em massa</li><li>• Turbidez &lt;50 NTU</li><li>• Densidade aproximada em 20°C 1,20 a 1,32 g/mL</li><li>• Teor máximo de ferro (<math>Fe_2O_3</math>) &lt;50 mg/kg</li><li>• Resíduos insolúveis: Ausência de resíduo insolúvel em água;</li></ul> <p>Obs. 01: Quanto à toxicidade, os limites deverão atender as legislações pertinentes. O produto não deve ferir as legislações pertinentes, especialmente a Portaria de Consolidação nº 5 em seu anexo XX Portaria nº 888, 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.</p> <p>A empresa fornecedora deverá, obrigatoriamente, no ato de cada entrega do produto, apresentar os resultados de análises exigidos nesta Especificação Básica, excetuando-se o quesito toxicidade, podendo ser em boletins de impressão própria ou constar no corpo da nota fiscal.</p> <p>Deverão constar obrigatoriamente: a data de fabricação e validade do lote do produto.</p> <p>Embalagem: Referência CONTAINER de 1000 a 1300 kg</p>				
02	<p><b>Ácido Fluossilícico em Bombonas</b></p> <p>O produto deverá ter pureza otimizada para tratamento de água potável, não devendo ser produzido através de matéria-prima reciclada, não conter quaisquer substâncias em teores inibidores ou tóxicos aos seres vivos em geral e que venham a ser conferidos à água tratada. O</p>	kg	108.000	R\$ 3,80	R\$ 410.400,00





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná

[www.saaemcr.com.br](http://www.saaemcr.com.br) - e-mail: [saae@saaemcr.com.br](mailto:saae@saaemcr.com.br)

CNPJ: 76.878.669/0001-42

<p>produto não deve ferir legislações pertinentes, especialmente a Portaria de Consolidação nº 5 em seu anexo XX Portaria nº 888, 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde.</p> <p>Todos os lotes do produto devem ser entregues no mínimo com 90% do prazo a vencer. Lotes com validade abaixo do prazo descrito poderão ser recebidos a critério do SAAE.</p> <p>Especificações Básicas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Teor de H2 Si F6 Limites (% em massa): mínimo de 20%</li><li>• Acidez livre (expressa em HF): Máximo de 1</li></ul> <p>Obs. 01: Quanto à toxicidade, os limites deverão atender as legislações pertinentes, ABNT NBR 15784:2017 e o produto não deve ferir as legislações pertinentes, especialmente a Portaria de Consolidação nº 5 em seu anexo XX Portaria nº 888, 04 de maio de 2021 do Ministério da Saúde. (ou outra que a substitua).</p> <p>Obs. 02: A dosagem máxima prevista é de 6,25 mg/l (ppm) de Ácido Fluossilícico a 20 %.</p> <p>A empresa fornecedora deverá, obrigatoriamente, no ato de cada entrega do produto, apresentar os resultados de análises exigidos nesta Especificação Básica, excetuando-se o quesito toxicidade, podendo ser em boletins de impressão própria ou constar no corpo da nota fiscal.</p> <p>Deverão constar, obrigatoriamente, a data de fabricação e validade do lote do produto.</p> <p>Embalagem: O produto deverá ser envasado em BOMBONAS de PEAD com capacidade para 25 Kg, onde a tampa deve ser fabricada em polipropileno, plenamente estanque e com anel de vedação resistente ao produto transportado, e a alça das bombonas devem ser preferencialmente embutidas, parte integrante do corpo, ou então, suficientemente apta ao manuseio e transporte.</p> <p>O fornecedor deverá recolher as embalagens (bombonas) vazias,</p>				
--	--	--	--	--





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

	coletando-as nos locais de entrega, e poderá reutilizá-las desde que estejam em perfeitas condições para uso. Este processo de coleta não deverá interferir nas programações de entregas e o SAAE não se responsabiliza pela quantidade a serem coletadas.				
TOTAL					R\$ 1.172.400,00

**1.3.** A autarquia entende que há conveniência na aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, conforme art. 274, II do Dec. Mun. 77/2023.

**1.4.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, caso os preços permaneçam vantajosos, e desde que atendidos os requisitos do art. 299, § 5.º do Dec. Mun. 77/2023, com possibilidade de renovação dos quantitativos registrados até o limite do quantitativo original.

**1.5.** O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista o que trata de produtos químicos utilizados no tratamento de água e devem ser reabastecidos de acordo com seu consumo, como está indicado no Estudo Técnico Preliminar.

**1.6.** O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.7.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme a justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

## 2. GARANTIA DOS BENS:

**2.1.** O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

**2.2.** Caso o prazo da garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**2.2.1.** A garantia será prestada com vistas a manter os produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

**2.2.2.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

**2.3.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de lotes que não estejam dentro dos padrões estabelecidos neste termo de referência.

**2.4.** Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos especificados neste documento.





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

2.5. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparo ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do lote das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

2.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

2.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

2.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação encontra-se disposta no capítulo 3 (Necessidade da Contratação) contido no ETP, anexo deste TR

3.2. As disposições relacionadas ao Plano de Contratação Anual, às leis orçamentárias e outros instrumentos de planejamento, constam no Capítulo 4 (Referência a outros instrumentos de planejamento) do ETP.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A descrição da solução como um todo consta no Capítulo 7 do ETP.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Regras de benefício para MPE's.

5.2. A contratação decorrente deste processo, não adotará as medidas indicadas no art. 48 da LC 123/2006, tendo em vista que grande parte das empresas do ramo são enquadradas como de grande porte e uma eventual restrição de participação acarretaria na elevação injustificada dos custos relativos aos itens relacionados.

## 6. DESCRIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- Será utilizado o Sistema de Registro de Preços nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:
- O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, caso os preços permaneçam vantajosos.
- Havendo a expedição de contrato a partir de saldo da ARP, seu prazo de vigência e as respectivas hipóteses de prorrogação serão regidas pelas disposições dos arts. 105 a 114 da Lei 14.133/2021.

## 7. DEMAIS CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES:

- Os Itens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme a





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## 8. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- a) Fornecimento parcelado conforme a necessidade da Autarquia, durante um período de até 12 (doze) meses, através de pedidos feitos por Ordem de Compra.
- b) O licitante terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para a realizar a entrega do pedido feito por Ordem de Compra. Caso não seja possível a entrega dentro do prazo, a contratada deve avisar previamente à contratante sobre o novo prazo para análise.

## 9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Sustentabilidade**

Não se aplica.

- **Exigência de amostra/prova de conceito**

Não se aplica.

- **Exigência de carta de solidariedade**

Não se aplica.

- **Inversão de fases do processo**

Não se aplica.

- **Participação de cooperativas de trabalho**

Não se aplica

- **Regras e Benefícios para MEs**

O edital não será exclusivo para ME EPP e não contará com cota por não existirem ao menos 3 potenciais fornecedores local ou regionalmente. Porém, contará com os demais benefícios para ME EPP.

- **Instalação de ponto de atendimento local**

Não se aplica.

## 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Exercer a fiscalização da contratação por intermédio de servidor(es) designado(s), na forma prevista no Art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- Receber, conferir e avaliar o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- Recusar o material ou serviço que não estiver de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.
- Solicitar interrupção da entrega de materiais ou prestação de serviço que estejam em desacordo com as especificações e demais exigências previstas no Termo de Referência.
- Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da Apólice, em especial, aplicação de sanções e alteração do mesmo, quando se fizerem necessárias.
- Proceder aos pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições e preços pactuados.
- A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto licitado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (ROTINA DE EXECUÇÃO)

- **Condições de execução do objeto:**
  - a) A entrega deve ser realizada parceladamente, considerando-se a necessidade da Autarquia;
  - b) A contratada deverá entregar o item 1 e 2 acompanhados de laudo de análise, comprovando conformidade com todas as especificações deste edital e com as normas vigentes aplicáveis;
  - c) As entregas do item 1 poderão ocorrer em dois endereços distintos, em razão da futura ativação da nova ETA da autarquia. O endereço de entrega será informado na respectiva Ordem de Compra;
  - d) Para entregas destinadas à nova ETA, deverá ser observada a planta baixa do local (anexa a este Termo de Referência). O veículo de transporte deverá possuir dimensões adequadas para permitir manobras seguras dentro das instalações.
  - e) O item 2 deverá ser entregue no Parque de Exposições da cidade, onde se encontra a Caixa II da autarquia.
  - f) Quantidade mínima e máxima de cada pedido:
    - a. Item 1: Mínima de 1.250 kg; máxima de 7.500 kg.
    - b. Item 2: Mínima de 3.000 kg; máxima de 3.900 kg.

- **Subcontratação**

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Manter-se, durante todo o processo licitatório, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.







# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

- Fornecer o material ou serviço ofertado, atendendo rigorosamente suas especificações, prazos e atividades previstas no Estudo Técnico Preliminar.
- Assumir todas as responsabilidades resultantes da observância da Legislação e do fornecimento do item e prestação de serviços objeto deste Termo de Referência.
- Responder por todos os tributos federais, estaduais e municipais que eventualmente incidirem sobre o presente objeto, bem como acidentes de trabalho que, porventura, ocorrerem e todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.
- Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os custos, despesas e encargos resultantes do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, no que couber.
- Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATADA, inerentes ao objeto de fornecimento da contratação.
- Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado ao patrimônio do CONTRATANTE em razão de negligência, imperícia e imprudência de seus funcionários durante a entrega do material ou a prestação do serviço.

## 13. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de ulteriores meios idôneos de comunicação, inclusive mensagem eletrônica.
- O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor e/ou fiscal(is) do contrato, e/ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput







# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

da Lei 14.133/2021, promovendo-se a designação de gestor e fiscais técnico, administrativo e setoriais (ou de execução) conforme a complexidade do objeto.

## Fiscalização Técnica

- O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme art. 117, § 1.º da Lei 14.133/2021, e arts. 22 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.
- Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa

- O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, em conformidade com as disposições do art. 25 e ss. do Dec. Mun. 77/2023.
- Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## Gestor do Contrato

- O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 77/2023, arts. 13 e ss.).





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

- O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Recebimento e aceitação do objeto

- Os itens serão **recebidos provisoriamente**, no prazo de **cinco (5) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados.
- O prazo da disposição acima será contado da entrega do item.
- O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (art. 23 do Dec. Mun. 77/2023)
- O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (art. 25, inciso VI do Dec. Mun. 77/2021)
- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

incorrekções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

- A fiscalização não efetuará o termo de recebimento definitivo até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021)
- O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- Os objetos serão **recebidos definitivamente** no prazo de **dez (10) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do **cadastro de atesto de cumprimento de obrigações**, conforme arts. 13, § 1.º, inciso VI e 307, § 2.º do Dec. Mun. 77/2023 c/c art. 174, § 3.º inciso III da Lei 14.133/2021.
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

- Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação e Pagamento**

- O pagamento será realizado no prazo máximo de até dez (10) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, contados a partir do recebimento do termo de recebimento definitivo, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser apresentada acompanhada, obrigatoriamente, dos documentos de comprovação da regularidade fiscal, que pode ser constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- É responsabilidade da empresa contratada informar a superveniência de causa impeditiva à manutenção do contrato sendo que, previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração poderá realizar consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- Constatando-se situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

- Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar; e
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.
- Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias incidentes, considerados os percentuais estabelecidos na legislação vigente, ainda que diverjam dos percentuais de tributos indicados na planilha.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar
- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à execução do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento reiniciará após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.
- No caso de atraso no pagamento por culpa do Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

## 15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

### Forma de Fornecimento:

- O fornecimento do objeto será de forma parcelado.





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

## Exigências de habilitação

- Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; 8.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- Ato de autorização para o exercício da atividade preponderante da empresa licitante.
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Qualificação econômico-financeira

- Certidão Negativa de Falências expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de emissão até 90 (noventa) dias da data da apresentação.

### Qualificação técnica

- Para o item 1 e 2:







# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

- a) Atestado de qualificação técnica, no mínimo 01(um), comprovando o seu ramo de atividade e compatível para cada item objeto desta licitação, em que a licitante executou ou vem executando, satisfatoriamente, o fornecimento de produtos em condições, características e quantidades com o objeto desta licitação, emitido por órgão público e/ou empresas que utilizam os referidos produtos exclusivamente para Tratamento de Água Potável destinada ao Consumo Humano.
- b) LARS - Laudo de atendimento do requisito à Norma Técnica 15784/2017 – “Produtos Químicos Utilizados no tratamento de água para consumo humano- Efeitos a Saúde-Requisitos”
- c) Apresentar o relatório dos estudos realizados, contendo no mínimo as análises específicas para cada produto químico discriminadas no Anexo A na NBR 15.784/2017, bem como o cálculo da CIPA e as conclusões referentes a aprovação do produto, de acordo com o preconiza esta norma. O prazo de validade desses estudos será de no máximo 02 (dois) anos.
- d) CBRS - Comprovação de Baixo Risco à Saúde (para todos os itens), (válido), pelo uso do produto químico em tratamento de água para consumo humano, elaborado para atender ao disposto no Art. 39, parágrafo 5º da Portaria de consolidação nº 05/2017.
- e) Informar a Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico. A DMU de interesse é de no mínimo 225 mg/L de cloreto de polialumínio líquido 10% em massa.
- f) Declaração de que disponibilizará em 02(dois) dias úteis, um técnico para dirimir eventuais problemas relativos a dosagens, complexação, manutenção do complexo ou outro problema técnico detectado pelo SAAE, como forma de correção da correta aplicação do produto, permanecendo na instituição por até 02 dias quando necessário.
- g) Relatório de ensaio do produto: A empresa fornecedora deverá obrigatoriamente no ato de cada entrega do produto, apresentar os resultados de análises, exigidos nesta especificação básica, podendo ser em boletins de impresso próprio, deverá constar obrigatoriamente LOTE a DATA DE FABRICAÇÃO e VALIDADE do produto.
- h) Lotes: Todos os lotes do produto devem ser entregues no mínimo com 90% do prazo a vencer. Lotes com validade abaixo do prazo descrito poderão ser recebidos a critério do SAAE. Casos em que o produto não apresente o desempenho especificado, o fornecedor deverá prover uma equipe técnica competente, quando requisitado pelo SAAE, para realizar no menor prazo possível, serviços de assistência técnica relativos à aplicação do produto fornecido.
- i) Forma de entrega para o item 1: A granel (com descarga para depósito do SAAE) ou em CONTAINER de 1000 a 1300 kg (com fornecimento de container em sistema de comodato).
- j) Forma de entrega para o item 2: Bombonas de até 50 kg, com embalagem informando nome do produto, data de fabricação, data de validade, e todas outras informações exigidas pela legislação pertinente.







# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

## Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional. 8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- **Outras comprovações relacionadas a qualificação técnica**
- Não se aplica.

## Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/21)

- Não se aplica.

## Garantia da execução do contrato (art. 96 e ss. da Lei 14.133/21)

- Não haverá exigência de garantia da execução, pelas razões abaixo justificadas:
  - (x) baixo valor da contratação
  - ( ) aquisição para entrega imediata da integralidade do bem

## 16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA





# Serviço Autônomo de Água e Esgoto

Marechal Cândido Rondon – Paraná  
www.saaemcr.com.br - e-mail: saae@saaemcr.com.br  
CNPJ: 76.878.669/0001-42

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme abaixo:

*Unidade: 001 - [Serviço Autônomo de Água e Esgoto]*

*Tipo Ação: Atividade - Ação: 2303 - Funcional: 0017.0512.0018 - [Manutenção do Sistema de abastecimento de água no município]*

*Elemento: 3339030000000000000 - [Material de consumo]*

*Subelemento: 3339030110000000000 - [Material químico]*

*Fonte: 00000 Recursos Livres*

## 17. GESTOR E FISCAIS

*Gestor do contrato:* **Titular:** Altemar Antonio Gonçalves; **Suplente:** Ademir Drehmer

*Fiscal Administrativo:* **Titular:** Léia Ines Krot Bohnen; **Suplente:** Sergio Luiz Ulrich

*Fiscal de Objeto:* **Titular:** Bruno Henrique S. Lopes; **Suplente:** Ronan F. Freire de Souza.

Marechal Cândido Rondon 23 de setembro de 2025.

Bruno Henrique S. Lopes  
Equipe de planejamento

Ronan Farias F. de Souza  
Equipe de planejamento

Evandir Edinei Fiorini  
Equipe de planejamento

APROVADO PELO DIRETOR

**Fábio Alexandre**  
Regelmeier Diretor  
Executivo

